RELATÓRIO ANUAL

Em 31 de Dezembro de 2015

1. INTRODUÇÃO

No final de mais um exercício, vimos informar os nossos Fundadores sobre as atividades mais relevantes ocorridas em 2015, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

No âmbito dos objetivos definidos pelos Estatutos a Fundação vem desenvolvendo um conjunto de ações de carácter cultural e educacional localizadas em Portugal e em África, designadamente, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que visam valorizar e dar continuidade aos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os Países Africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro.

Realizando projetos próprios ou apoiando projetos alheios a Fundação, com vista a assegurar a continuidade da sua ação, para além de se preocupar com o valor intrínseco dos projetos que promove e a repercussão positiva que os mesmos exercem no quadro dos objetivos que prossegue, tem-se preocupado particularmente com a sua sustentabilidade financeira. Nesse contexto a Fundação segue uma exigente política de contenção de custos que tende a limitar os encargos fixos recorrendo, sempre que possível, a serviços externos na concretização das suas atividades.

Mantendo a estratégia que vem sendo seguida, foi dada prioridade à execução dos projetos da Fundação. Simultaneamente foi sendo estudado o lançamento de outras iniciativas, bem como apoiar algumas atividades de terceiros que lhe foram propostas, desde que estatutariamente enquadráveis. De referir que as limitações financeiras motivadas pela manutenção da instabilidade dos mercados de capitais continuam a ser a principal dificuldade que a Fundação vem enfrentando para lançar alguns projetos, de médio prazo, sempre com a preocupação de que possam ser financeiramente sustentáveis.

Relativamente aos projetos próprios avançamos, de seguida, algumas notas sintéticas.

Quanto ao projeto das Escolas Profissionais em Moçambique e correspondendo à vontade expressa pelos mais altos responsáveis moçambicanos tem sido dado continuidade ao apoio que vem sendo prestado, que visa a consolidação e expansão do novo modelo curricular e pedagógico aprovado pelo Ministério da Educação de Moçambique / DINET.

Relativamente ao projeto Memória de África, continuaram as recolhas de registos bibliográficos e de acervos documentais, quer de Instituições de alguma forma relacionadas com África, quer de particulares, procurando-se incrementar a recolha em diversos países, designadamente, em centros de documentação, quer públicos, quer privados.

No que toca à publicação do Boletim Observatório de África, prossegue a sua edição de forma regular em paralelo com a divulgação, em formato digital, no Portal da Fundação Portugal – África, que está a ser remodelado com vista a corresponder com maior atualidade e rigor aos grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

Foram concluídos os trabalhos de execução do projeto Diáspora Portuguesa em Angola, tendo sido publicado um livro contendo as conclusões do estudo realizado.

No que diz respeito ao Edifício Sede e, em particular, à Biblioteca, continuaram os trabalhos de receção e organização do acervo bibliográfico oferecido pelo Banco BPI, S.A., Fundador Principal, em paralelo com a recolha e tratamento de outros espólios que têm sido oferecidos à Fundação.

Prosseguem, entretanto, os esforços necessários à renovação do espólio de obras sobre temas relacionados com a teoria e a política das questões ligadas ao desenvolvimento económico.

No que se refere à utilização do Auditório, e no âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, associação de jovens que tem por objetivo o

desenvolvimento de projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, tem-se procurado a dinamização deste espaço da Sede da Fundação Portugal – África, através da realização de atividades que se enquadrem no âmbito programático definido.

A Fundação Portugal – África, por ocasião do seu 20° aniversário, celebrado em 2015, realizou uma Conferência Internacional subordinada ao tema "África, caminhos do futuro", com o objetivo de debater os desafios globais e do desenvolvimento que se colocam a África e de discutir o papel dos atores externos e as perspetivas de continuidade e mudança nas relações com a Europa.

O evento, que contou com a participação de destaques personalidades portuguesas e estrangeiras, inseriu-se no âmbito da programação do Ano Europeu para o Desenvolvimento e teve o apoio da Câmara Municipal do Porto.

Cumprindo o estipulado na Lei - Quadro das Fundações, que estabelece as novas regras de funcionamento destas instituições em Portugal, procedeu-se, no momento próprio, aos ajustamentos que se mostraram necessários, relativamente à adequação dos Estatutos ao novo ordenamento jurídico resultante da publicação daquela legislação.

Sobre as alterações realizadas, continua a aguardar-se a decisão final da Presidência do Conselho de Ministros.

Como já se referiu, a manutenção da instabilidade dos mercados financeiros a nível nacional e internacional, tem condicionado de forma significativa os resultados da carteira de títulos, com os inevitáveis reflexos negativos no nível de atividade que pode ser desenvolvida, uma vez que a sustentabilidade financeira da Fundação como se afirmou, tem sido um dos pilares essenciais em que tem assentado a gestão corrente da Fundação Portugal - África.

2. Assembleia de Fundadores

Por razões diversas, não foi possível a realização em 2015 da Assembleia Geral Ordinária de Fundadores para aprovação do Relatório e Contas referente ao

exercício de 2014 e eleição dos Órgãos Socias para o quadriénio 2015 / 2018, esperando-se que tal possa acontecer no início de 2016.

3. Sede

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, prosseguiram, como anteriormente referido, os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., bem como da sua integração no Portal da Fundação Portugal – África, mantendo-se, em paralelo, a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal – África.

Relativamente ao Auditório, de salientar a realização da apresentação da obra poética "Oceanus Affectus" do autor guineense Péqui Mpuló.

A sessão contou com o apoio do Consulado da Guiné Bissau no Porto.

Para além daqueles eventos, continuou a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de acções de formação dos seus Quadros. Relativamente ao Auditório.

4. Actividade desenvolvida

4.1. - Considerações gerais

Em 2015, a atividade da Fundação Portugal – África centrou-se na realização dos projetos de iniciativa própria, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para a cooperação com África, promovendo, também, o princípio da cooperação com outras instituições a fim de potenciar as capacidades individuais de cada uma delas.

4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

a) Projeto "Memória de África"

O projeto Memória de África e do Oriente ao longo do ano de 2015 continuou ao nível dos anteriores anos, tendo-se ultrapassado os quatrocentos e vinte cinco mil registos e as trezentas e oitenta e cinco mil páginas digitalizadas sendo as últimas os Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical. A digitalização do acervo fotográfico do IHMT continuou e já se encontram no site fotografias raras e nunca divulgadas das missões portuguesas relacionadas com a saúde em vários países então colónias. Os registos já recolhidos e introduzidos no site¹, têm uma estrutura como se apresenta no quadro seguinte, se fizermos uma pesquisa pela designação do país, sendo que este ano Moçambique ultrapassou Angola como o país com mais registos:

Designação	2013		2014	2014		2015(*)	
de pesquisa	Registos	%	Registos	%	Registos	%	
Angola	66676	17,7	67967	16,0	69122	16,4	
Cabo Verde	31073	8,2	31485	7,0	31680	7,5	
Guiné Bissau	16181	4,3	16402	4,1	18465	4,4	
India / Goa	33545	8,9	34232	8,0	35078	8,3	
Macau	13238	3,5	13462	3,0	15115	3,6	
Moçambique	63401	16,8	69535	17,0	73554	17,5	
Portugal	57934	15,4	64948	16,0	69926	16,6	
São Tomé e							
Príncipe	14608	3,9	14829	3,0	14954	3,6	
Timor	1679	0,4	1752	0,4	1760	0,4	
Brasil	n.i.	n.i.	10119	2,0	11993	2,9	
sub total	298335	79,1	324731	80,8	341647	81,2	
Outras							
designações	73648	20,9	76955	19,2	78871	18,8	
Total	371983	100	401686	100	420518	100	

(*) Estes dados reportam a atividade do projeto correspondente a ¾ do orçamento anual pois ainda decorre a execução da quarta tranche de

¹ Há permanentemente um número de registos recolhidos mas ainda em processo de validação (em Janeiro de 2016 cerca de 3000) e outros registos, fotografias e digitalizações em processo de introdução no site.

-

financiamento. Esse atraso é devido a problemas de saúde que afetaram algumas das principais colaboradoras da recolha de registos durante o ano de 2015.

Fonte: site Memória de África e do Oriente

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015, os dez primeiros países e territórios de origem são os do quadro seguinte sendo de salientar que a India² que era o 11º no ano de 2014 passou para nono. E o Quénia e a Indonésia surgem nos dez primeiros quando sempre tiveram presença residual. Angola, Brasil, Moçambique e Portugal mantêm se como o "núcleo duro" dos acessos. E, note-se sem que tenha sido possível até hoje recolher registos diretamente da Biblioteca de Luanda. Verificamos igualmente que os visitantes continuam a ter uma enorme atração por obras digitalizadas e por fotografias a que têm um acesso muito mais fácil pelo Projeto do que pelas Bibliotecas e Arquivos existentes.

Número	País/Território	Visitas	%	Visitas	%
		2014		2015	
1	Portugal	108.860	43,2	121.273	41.9
2	Brasil	45.932	18,2	43.413	15.0
3	Angola	25.672	10,2	32.217	11.1
4	Moçambique	16.081	6,4	21.539	7.4
5	Quénia	1.406	0.6	8.759	3.0
6	Cabo Verde	5.980	2,3	6.420	2.2
7	Indonésia	1.345	0.5	5.273	1.8
8	Estados	4.695	1,9	5.233	1.8
	Unidos				
9	India	2.238	0.9	4.402	1.5
10	França	3.598	1,4	4.285	1.5

Fonte: Google Analitycs

_

² O Google Analitycs não permite a desagregação dentro de cada país, pelo que não sabemos se estes acessos se devem a Goa ou a outras zonas da India.

Em todo o mundo, dos 191 países reconhecidos pela ONU, apenas a Líbia e o Saará Ocidental em África, o Turcomenistão e o Uzbequistão na Ásia, e a Groenlândia não têm quaisquer acessos segundo o Google Analitycs.

A Instituição mais significativa iniciada em 2014 continuou este ano e foi o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, dirigido pelo Prof. Paulo Ferrinho, com recolha de registos e digitalização de fotografias. Uma missão da Universidade de Aveiro em Goa já em Janeiro de 2016 que incluiu o Professor Sousa Pinto responsável informático pelo projeto, pôde confirmar o bom nome que o projeto e a Fundação mantêm nesse Estado da India por termos hoje acessível no site bibliotecas privadas de goeses (a maior parte de famílias com história que remonta à presença portuguesa) além da pública Central Library.

b) Escolas Profissionais de Moçambique

Na sequência das eleições moçambicanas de Outubro de 2014, a reestruturação do formato de governo que delas recorreu perturbou o normal funcionamento da Direção Nacional do Ensino Técnico-Profissional de Moçambique e, concomitantemente, da Unidade Técnica e Apoio ao Programa das Escolas Profissionais de Moçambique (UTA-PEP) que coordena a implementação e o funcionamento destas escolas.

A Direção Nacional do Ensino Técnico-Profissional (DINET) que, historicamente, pertencia ao Ministério da Educação (agora designado por Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano) veio a integrar-se no Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional (MCTESTP).

Esta brusca e inesperada mudança originou perturbações de diversa natureza: (i) desestabilizaram-se os procedimentos e tramitações de ordem administrativa (a nível de chefias intermédias); (ii) desmemoriou-se o sistema pela chegada de novas chefias que o não conhecem; (iii) provocou-se muita instabilidade e incerteza profissional em vários dirigentes e quadros técnicos, quer a nível central quer a nível provincial e local; (iv) não se dispunha de lei orgânica do novo Ministério nem de plano estratégico para o novo mandato; (v) criou-se

grande laxismo na execução das tarefas correntes; (vi) começaram a sentir-se muitas dificuldades de ordem financeira.

Pelo facto do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional não ter assumido a totalidade dos compromissos a que, por protocolo, se tinha vinculado, nomeadamente, no pagamento da totalidade das viagens aéreas para Portugal de 24 professores-formandos das ELIDEP foi a Fundação Portugal África que teve que assumir esses custos.

Neste cenário, foi difícil pôr em prática o plano de atividades que se tinha desenhado para o ano de 2015.

Por tal facto, houve necessidade de reformular as atividades inicialmente propostas.

Assim, apesar dos constrangimentos referidos, realizaram-se as seguintes ações:

Apoio à criação da Escola Profissional Comunitária de DJABULA,
 A UTA-PEP apoiou a candidatura da ONGD "VIDA" (com longa atividade no mundo rural moçambicano), a implementar esta nova escola agrícola, situada no distrito de Matutuíne (Província de Maputo).

A Escola nasceu de uma forte vontade local, com um grande apoio das comunidades envolventes e de uma parceria com o Instituto Médio de Salamanga. O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional autorizou o funcionamento da escola.

Reunião com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional concedeu, em 22 de Abril de 2015, uma longa entrevista ao consultor. Abordaram-se vários problemas e constrangimentos no funcionamento do Ensino Técnico e a forma como deveriam ser resolvidos.

Verificou-se que o Ministro não disponha, ainda, do histórico do programa de apoio que a Fundação Portugal – África vinha prestando, mas tinha uma visão correta da situação, um plano de intervenção bem definido e ambicioso mas que precisava de profundas reformas para ser implementado, sobretudo no que dizia respeito a recursos humanos.

Também se percebeu que era necessária muita força política para levar a cabo a reforma que se anunciava.

Reuniões na EPM-CELP

Fizeram-se várias reuniões na Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Estudos e Língua Portuguesa – no âmbito do apoio ao programa das Bibliotecas Escolares.

Duas dessas reuniões foram realizadas no Ministério da Educação com a Diretora Nacional, Dr.ª Antuia Soverano, que, entretanto, foi nomeada Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano.

Deslocação à Ilha de Moçambique

A Fundação Portugal África foi convidada pelo "Camões" – Instituto da Cooperação e da Língua para se assumir como entidade gestora do eixo "Upgrade Educativo e Formativo da Escola Profissional da Ilha de Moçambique" no âmbito do Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha.

Desenhou-se o programa de intervenção que se plasmou no documentoprojeto enviado para o Camões e que foi aprovado. O protocolo que o sustenta institucionalmente só foi assinado no último trimestre de 2015.

As atividades previstas irão iniciar-se em Março e Abril de 2016.

Participação no Encontro Nacional de Diretores de Escolas e Institutos Técnicos (ENDET)

De 3 a 6 de Junho de 2015 realizou-se, em Gondola, (Chimoio), Província de Manica o XXV ENDET.

Foram abordados vários temas fundamentalmente virados para a passagem do Ensino Técnico do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional o que suscitou um amplo debate a que não foram alheias muitas preocupações.

A par de outras cooperações, apresentámos uma comunicação subordinada ao tema "O que fizemos, o que fazemos o que perspetivamos fazer" que foi muito bem aceite, tendo em conta que com parcos recursos pusemos 50 escolas a funcionar, tendo já sido graduados mais de 60 000 alunos.

A comunicação foi muito bem acolhida em função dos dados e resultados apresentados.

Foi aproveitada esta deslocação para uma visita à Escola Profissional de Gorongosa (Província de Sofala) e Escola Profissional de Machaze (Província de Inhambane).

Estabeleceram-se contactos com a Administração do Parque da Gorongosa com o objetivo de se estabelecer um protocolo entre a Escola e o Parque, com vista a ajustar os cursos existentes de agricultura à realidade funcional, económica e com grande impacto turístico que é o parque. Perspetiva-se, pois, criar cursos de especialização dirigida para a fauna e a flora bravias, abrindo caminhos aos alunos da escola para a realização dos estágios profissionais no Parque.

Foi também visitada a escola de Machaze onde, com a cooperação da Fundação Calouste Gulbenkian, se pretende iniciar um programa de voluntariado sénior que possa apoiar a escola em múltiplas vertentes

Capacitação de Professores

Na Escola Profissional de Inharrime (Província de Inhambane) desenvolveu-se de 16 a 18 de Setembro de 2015 um curso de capacitação pedagógica para professores da escola. No plano do curso constaram os seguintes módulos: (i) O modelo Educativo e Formativo das Escolas Profissionais; (ii) Regulamento das Escolas Profissionais) (iii) Avaliação e Progressão Modulares. Participaram 16 professores.

Com o envolvimento das ELIDEP também foram realizadas, na Província de Sofala, ações de capacitação para as escolas da rede da Cáritas Moçambicanas.

Recrutamento de novos alunos bolseiros

Em Maio de 2015 começou o recrutamento de 17 novos alunos bolseiros para frequentarem em Portugal cursos técnicos de nível 4 e que se seguirá uma formação psicopedagógica, ficando, deste modo, dotados de competências técnicas e pedagógicas para o exercício docente em escolas profissionais de Moçambique.

Deste modo, estudam 50 alunos em Portugal no âmbito deste programa: (i) ciclo de 2013/2016 – 15 alunos; ciclo de 2014/2017 – 18 alunos; (iii) ciclo de 2015/2018 – 17 alunos.

Curso ELIDEP em Portugal

Na sequência do DM nº 75/2010, foram criadas em Moçambique as Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais. Estas equipas estão distribuídas por todo o país e têm um papel importante na criação de novas escolas e no apoio técnico e pedagógico às já existentes.

Em 2010 realizou-se, na Universidade Católica do Porto, o 1º nível do Curso de Especialização em Administração Escolar e Gestão da Formação (CEAEGeFo) para 20 agentes educativos moçambicanos.

Por razões de vária natureza a equipa ficou resumida a 15 elementos, pelo que teve ser recomposta para 24.

Ao mesmo tempo reformulou-se o curso inicial e criou-se 2º nível do mesmo curso.

O curso decorreu de 09 de Outubro a 19 de Dezembro de 2015 e todos os professores/formandos tiveram aproveitamento.

Apresentação da avaliação preliminar do PIC (2011/2014)

Em 24 de Junho de 2015 foi apresentada nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, o relatório preliminar de avaliação do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) 2011/2014).

Esta avaliação que foi conduzida por especialistas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique e de Portugal – Instituto Camões – incidiu sobre todas as vertentes de cooperação entre os dois países.

A vertente "Apoio ao Ensino Técnico de Moçambique" foi considerada como de grande sucesso.

Participação na FIE e na FACIM

De 21 a 23 de Maio de 2015 foi organizada, em Maputo, a Feira Internacional da Educação. O projeto das Escolas Profissionais de Moçambique fez-se representar, organizando um "stand" autónomo, com espaços oficinais em que se realizavam trabalhos "ao vivo" nas especialidades de "eletricidade", "serralharia", "construção civil", "carpintaria e marcenaria", "mecânica" e "agropecuária". O stand teve grande impacto, e foi visitado pelo Ministro da Ciência e Tecnologia,

Ensino Superior e Técnico-Profissional que assinou o Livro de Honra, deixando palavras de incentivo ao trabalho realizado e também por vários empresários.

De 31 de Agosto a 06 de Setembro e 2015 o projeto das escolas profissionais de Moçambique fez-se representar no "stand" do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-profissional, a quando da realização FACIM.

Participação no dia de Portugal

No dia 10 de Junho de 2015 na Feira da Comunidade Portuguesa realizada na Escola Portuguesa de Moçambique, marcou-se presença num dos stands com cartazes alusivos ao projeto das escolas profissionais, com alusão direta à Fundação Portugal África, sua Entidade Gestora.

c) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Prosseguiram os trabalhos de execução deste Programa em cooperação com a Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA, com os quais se pretende dar a conhecer às populações dos PALOP, as ações preventivas de Infeção de Transmissão Sexual através de Vírus da Sida da Imunodeficiência Humana afetando o Sistema de Imunodeficiência Adquirida.

Na sequência destes trabalhos, estão disponíveis no Portal da Fundação Portugal – África, três blogues, que a seguir se indicam, visando a prevenção desta doença:

http://redevihsidanoticias.cidadaosdomundo.org/

http://redesaudecplp.cidadaosdomundo.org/

http://redejovenscplp.cidadaosdomundo.org/

De assinalar a participação neste projeto dos jovens lusófonos organizados à volta da Associação Bué Fixe.

d) Observatório geo - estratégico sobre África

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

A regularidade da publicação, a escolha dos temas, a qualidade da respetiva abordagem têm contribuído para que o Boletim tenha uma significativa aceitação junto dos seus destinatários.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: www.fportugalafrica.pt, tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

e) Diáspora Africana

Concluídos os trabalhos realizados do projeto "Diásporas portuguesas em Angola – um perfil 2002-2012-", foi publicado um livro com as conclusões do estudo, com prefácio feito pelo Prof. Dr. Manuel Augusto Correia, ex-presidente do IPAD, atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Este projeto foi executado entre 2013 e 2014, pela iniciativa e com financiamento da Fundação Portugal África, e o enquadramento científico e organizativo do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, por uma equipa de investigadores, constituída pelo Professor Carlos Sangreman, pelo Doutor Carlos Lopes, pela Doutora Maria Sousa Galito (que executou todo o trabalho de entrevistas e a grande maioria da distribuição do inquérito).

Paralelamente a este trabalho a Fundação tem apoiado algumas iniciativas isoladas cujos objetivos se inserem no seu conteúdo programático, como a atribuição seletiva de algumas Bolsas de Estudo, e o apoio a outras iniciativas em curso neste âmbito, normalmente em colaboração com outras entidades.

4.3- Novas iniciativas em cooperação

Dando sequência à política que tem sido seguida pela Fundação de colaborar sistematicamente com outras entidades na prossecução dos objetivos estatutários, anotam-se alguns dos projetos em que se tem dado conteúdo prático a essa colaboração.

- a) <u>Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes</u> na qualidade de membro fundador da Plataforma, a Fundação Portugal África continua a acompanhar e a participar na atividade que vem sendo desenvolvida.
- b) Observadores Consultivos da CPLP na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal África continua a acompanhar a atividade daquele Órgão da CPLP, tendo estado presente na IX Reunião com o Secretariado Executivo da CPLP, que decorreu em Maio de 2015, em Lisboa.
- c) <u>Centro Português de Fundações</u> como membro do Centro Português de Fundações, a Fundação Portugal África tem estado presente nas iniciativas que vão sendo promovidas, nomeadamente nas Assembleias Gerais Ordinárias convocadas para a aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2014 e do Plano de Atividades e Orçamento para 2016 e no XIV Encontro Nacional de Fundações que decorreu em Lisboa, em Junho de 2015, subordinado ao tema "As Fundações perante os objetivos do Portugal 2020".
- d) Projecto "Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais" iniciativa coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian e em colaboração com as Fundações Portugal África, EDP, Luso Americana para o Desenvolvimento FLAD e com a cooperação do IPAD e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, no âmbito da qual foi criado um Mecanismo de Apoio às ONGD para angariação dos financiamentos internacionais necessários à concretização dos seus projetos de cooperação.

4.4- Outros projetos realizados

Sempre que estatutariamente enquadráveis, e condicionado pelas limitações financeiras existentes, foram apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

- 4.4.1) Guiné Bissau criação de processos de orientação profissional em resultado da informação prestada pelo psicólogo Dr. Severino da Cruz Sampaio relativa ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2008, destinado à elaboração de uma bateria de testes, adaptada à realidade da Guiné Bissau, destinadas à orientação profissional, concluiu-se que se tornava necessário prolongar durante o ano de 2015, a execução da iniciativa.
- 4.4.2) "As causas das sucessivas crises político militares na Guiné Bissau" continuação deste trabalho de investigação que vem sendo desenvolvido pelo Dr. Silvestre Alfredo Alves.
- 4.4.3) <u>Tese de Mestrado</u> a apresentar na Universidade Lusófona pela Dr. a Myriem Medeiros, subordinada ao tema "Estratégia de Desenvolvimento de Agências de viagens para São Tomé e Príncipe e Gestão de Pacotes Turísticos".
- 4.4.4) <u>Doutoramento em Ciências da Educação</u> em Junho de 2013 foi concedido à Dr.ª Sofia Oliveira Martins um apoio para elaboração da sua Tese de Doutoramento subordinado ao tema "As escolas profissionais de Moçambique e o impacto no desenvolvimento sociocomunitário". Com o seu estudo, pretendeu verificar se as escolas profissionais de Moçambique estão a desempenhar o papel de motor de desenvolvimento local e de desenvolvimento socioeconómico nacional, permitindo obter uma nova forma de avaliação do projeto lançado pela Fundação Portugal África.

Terminada a recolha de dados, a Dr.ª Sofia Oliveira Martins vem realizando diversos encontros de reflexão sobre o trabalho, indo concretizar mais um encontro, agora na cidade da Praia, em Cabo Verde.

4.4.5) <u>Associação Bué Fixe</u> – apoio à concretização do Plano de Atividades para 2015, nomeadamente, no âmbito do programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida.

- 4.4.6) Colóquio Internacional organizado pelo CEsA Centro de Estudos sobre Ásia, África e América Latina, subordinado ao tema "Escritas & Cinemas nos Países de Língua Portuguesa 40 anos de Independência dos Países Africanos de Língua Portuguesa (1975-2015)", com o qual pretendem realizar uma reflexão sobre as produções literárias e cinematográficas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, mas principalmente adensar as redes de cooperação e intercâmbio científico-cultural existentes entre os diferentes países de língua portuguesa.
- 4.4.7) <u>Associação Desportiva Recreativa e Cultural Real Sociedade</u> sediada no Mindelo, em Cabo Verde, realizam um projeto com o qual, através do Desporto, pretendem contribuir para a inclusão social de crianças e jovens.
- 4.4.8) Associação de Estudantes Angolanos em Portugal visando a manutenção da relação da Fundação Portugal África com as associações estudantis lusófonas sediadas em Portugal, foi concedido um apoio à concretização do Plano de Atividades para 2015.
- 4.4.9) GAS'África Grupo de Acção Social em África e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa estudantes universitários portugueses que, em regime de voluntariado, exercem ação social junto de populações carenciadas de África e Portugal, e que em 2015 pretendem continuar a sua intervenção em países africanos de língua oficial portuguesa, no âmbito das suas atividades.
- 4.4.10) Centro Comunitário Monte Belo São Tomé e Princípe projeto apresentado pela Associação África Solidariedade, com o qual se pretende criar um Centro comunitário destinado a reforçar a capacidade institucional da população local, através do apoio aos pais trabalhadores agrícolas na educação dos filhos, pela formação e aquisição de competências por parte da população mais jovem e da preservação dos valores culturais locais de tradição oral retidos pelos mais idosos.

4.4.11) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses "Mundo a Sorrir" – no âmbito da atividade em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, pretendem em 2015, realizar mais um programa de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral, na Guiné – Bissau.

O programa agora apresentado tem uma duração de seis anos (2015 a 2020) e objetivos mais amplos, nomeadamente a criação de uma Clinica médico social com laboratório de prótese dentária em Bissau e de uma unidade móvel de saúde para prestação de serviços médicos, o que implica o recrutamento e formação de profissionais e voluntários

- 4.4.12) Revista POLÓN edição do segundo número da revista, com a qual pretendem promover uma Guiné-Bissau positiva, de gente empreendedora e comprometida com o desenvolvimento do país.
- 4.4.13) <u>V edição da Bienal de Culturas Lusófonas</u> promovida pelo Município de Odivelas.

O evento decorreu em Maio de 2015, e abrangeu áreas desde o debate de questões estratégicas da lusofonia, exposição de artes plásticas, encontro de escritores lusófonos e diversas atividades como teatro, cinema, dança, música, canto, etc.

- 4.4.14) <u>Projeto "Social Space"</u> desenvolvido pela InComunidade, cooperativa de solidariedade social do CIDEB da Universidade Católica Portuguesa Centro Regional do Porto e que visa facilitar a integração social e académica de jovens provenientes da CPLP que se encontram a estudar no Porto.
- 4.4.15) Edição de Manual edição de um Manual de Direito Constitucional de Moçambique do Prof. Doutor Jorge Bacelar de Gouveia
- 4.4.16) <u>III Encontro Internacional de Reflexão e Investigação</u> organizado pela Universidade de Cabo Verde, decorreu em Maio, e teve a participação do nosso Curador Prof. Doutor Pedro Borges Graça.
- 4.4.17) <u>Homenagem aos associados da Casa do Império</u> promovida pela UCCLA União das Cidades de Língua Portuguesa, decorreu durante os meses

de Maio e Junho, e teve a realização de uma exposição na Câmara Municipal de Lisboa e de uma Conferência Internacional na Fundação Calouste Gulbenkian. Estiveram presentes antigos Presidentes de República e Primeiros Ministro, como Jorge Sampaio, Joaquim Chissano, Miguel Trovoada, Pedro Pires, França Van Dunem, Mário Machungo, Pascoal Mocumbi e o Secretário Geral da CPLP e um representante do Governo Português.

- 4.4.18) Comemorações dos 8 Séculos da Língua Portuguesa organizadas pela Associação "8 Séculos da Língua Portuguesa", iniciaram-se em Maio de 2014 e terminaram numa Gala realizada em Julho de 2015, no Centro Cultural de Belém, e tiveram como objetivo contribuir para a promoção e divulgação da língua portuguesa, bem como a aproximação dos povos que a partilham.
- 4.4.19) XXV Encontro Nacional dos Directores das Escolas e Institutos Técnicos de Moçambique promovido pela Direção Nacional da Educação Técnico Profissional do Ministério da Educação de Moçambique, decorreu no mês de Junho de 2015.

O encontro teve como tema a "Formação para o Trabalho, Competências para a Produção e Desenvolvimento para o País" e foi presidido pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional.

4.4.20) Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física e Astronomia –, decorreu de 30 de Agosto a 4 de Setembro de 2015 e teve como objetivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna.

A exemplo do que vem acontecendo desde 2007, decidiram abrir a oportunidade de frequência a alunos dos PALOP.

O apoio solicitado visa a cobertura de despesas de deslocação, sendo a estadia e participação suportadas pela organização.

4.4.21) VII Festival de Música de Maputo – 2015 – organizado pela Associação para o Desenvolvimento Cultural Kulungwana e a Câmara Municipal do Maputo, no qual se homenageia o pintor moçambicano Malangatana.

- 4.4.22) <u>Instituto Luso Árabe para a Cooperação</u> instituição que tem como objetivos o estudo, a divulgação e a prossecução de ações tendentes ao desenvolvimento da cooperação de natureza cultural, económica, social e técnica entre Portugal e os países árabes, vem desenvolvendo uma atividade que visa o reforço da cooperação entre os países lusófonos de África e os países árabes.
- 4.4.23) <u>Festival de Música Lusófona</u> organizado pela Conexão Lusófona, decorreu no Coliseu dos Recreios em Lisboa, em 18 de Setembro de 2015.
- 4.4.24) <u>Festival Internacional de Artes Performativas em Sintra</u> promovido por Chão de Oliva Centro de Difusão Cultural em Sintra, decorrerá de 1 a 31 de Março de 2016 e tem como objetivo afirmar-se como um tempo e espaço de mostra, partilha e reflexão, convocando sinergias com grupos e criadores nacionais e internacionais, privilegiando as variantes artísticas de forma a maximizar um intuito pedagógico e informativo para o público em geral.
- 4.4.25) <u>André Corsino Tolentino</u> universitário cabo-verdiano que se deslocará a Portugal para participar no júri das provas de Doutoramento de Mestre João Paulo Madeira, português, docente da Universidade de Cabo Verde.
- 4.4.26) Comemorações dos 40 anos da independência de Angola organizadas pela Casa de Cultura Angolana Weliwítschia, decorrerão de Novembro de 2015 a Novembro de 2016, estando previsto um plano de atividades no qual se destaca uma homenagem ao Dr. Agostinho Neto e a realização de um Congresso, Colóquios, Conferência e Exposições relacionados com os 40 anos da Independência de Angola.
- 4.4.27) Edição de livro sobre Malangatana obra a publicar pela Associação Kulungwana e o Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares com as entrevistas que o Pintor Malangatana concedeu ao longo da sua vida.
- 4.4.28) <u>Projeto Mus-In</u> promovido pela Associação Welcome People & Arts tem como finalidade promover uma melhor integração de crianças e jovens africanos e filhos de emigrantes residentes em Portugal através da arte.

5. Evolução económica e financeira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2015 e as notas correspondentes são apresentadas em secção separada.

Entre os valores inscritos nas Demonstrações Financeiras, merecem destaque os seguintes:

- O Ativo Total Líquido da Fundação, que no final do exercício de 2014 era de 12.117.777 Euros, registou uma redução face ao exercício anterior, atingindo no final de 2015 o valor de 11.732.328 Euros.
- O valor dos Fundos Patrimoniais, que no final do exercício de 2014 ascendiam a 12.104.337 Euros, registou uma redução face ao exercício anterior, atingindo no final de 2015 o valor de 11.690.332 Euros.
- O Resultado Líquido do exercício de 2015 situou-se em 380.382 Euros negativos, representando uma redução face ao Resultado Líquido registado no exercício anterior positivo no valor de 235.217 Euros, motivado essencialmente pela redução no justo valor dos ativos da Fundação.

As demonstrações financeiras são o reflexo da política de rigor que continua a marcar a gestão da Fundação, com o reforço da autonomia da Fundação e potenciando a sua futura capacidade de intervenção.

Aplicação do resultado líquido do exercício:

Tal como referido na Nota 8 do Anexo às Demonstrações financeiras da Fundação e de acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados, e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos, sendo assim, o Resultado líquido negativo do exercício de 380.382 Euros será transferido para Resultados Transitados.

<u>Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:</u>

Não existem factos relevantes ocorridos após o termos do exercício que mereçam destaque, ou que tenham impacto sobre as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2015.

Objetivos e políticas da Fundação em matéria de gestão de riscos financeiros:

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente.

Gestão do risco de crédito:

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Gestão de risco de Liquidez:

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação por forma a cumprir com este objetivo garante sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2015, seriam de, aproximadamente 3.812 mil Euros (valor de caixa e depósitos bancários).

Gestão de risco de preço e de mercado:

A Fundação está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação tem procurado aplicar os seus Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por

forma a assegurar a manutenção e disponibilidade de fundos, para prosseguir com a sua atividade operacional.

Gestão de risco de taxa de juro:

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados à Euribor.

6. Atividades futuras

Em 2016 manter-se-á como prioridade na atividade a desenvolver, a realização dos projetos de iniciativa da Fundação Portugal – África. Destas destaca-se a realização de uma Conferência, com a presença de especialistas nacionais e internacionais, abordando o tema.

Do que se pretende que seja a evolução desses projetos, apresentamos de seguida os aspetos essenciais.

a) Escolas Profissionais de Moçambique

Em conformidade com a vontade expressa das autoridades moçambicanas, a Fundação Portugal – África continuará a intervir neste projeto, esperando-se poder continuar com a colaboração do Instituto da Cooperação e da Língua – Camões, dos Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa, da Fundação Portugal Telecom, da Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições já associadas, ao que possam vir a associar-se a esta iniciativa, permitindo a consolidação deste sistema de ensino em Moçambique, mas sem deixar de procurar as condições para que possa vir a funcionar de forma autónoma, gerido pelo Ministério da Educação de Moçambique.

b) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Continuarão as acções em curso, desenvolvendo esforços para reforçar as suas condições de viabilidade, na perspetiva que, da execução do projeto, se possa

recolher ensinamentos que possibilitem a sua consolidação junto dos países africanos de expressão portuguesa.

c) Memória de África

Continuarão os trabalhos de recolha de novas referências bibliográficas em Portugal, bem como os relativos ao Módulo Oriente, com partícula incidência nas entidades que se indicam:

- Sociedade Nacional de Belas Artes
- Instituto de Investigação Científica Tropical -IICT Ainda não se recolheram registos nalgumas das bibliotecas como botânica e geologia, pelo que vai continuar.
- ISCTE continuação do trabalho.
- Fundação Oriente continuação do trabalho. Não se digitalizaram ainda fotografias pois têm pouca ou nenhuma identificação.
- CGD (fundo ex-BNU) continuação do trabalho, que julgávamos já terminado mas que têm surgido novos acervos que a CGD tem à sua guarda e que aparentemente procura quando terminamos um anterior.
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra continuação do trabalho, tendo-se capacidade para fazer em média cerca de 800 registos por mês, continua a apresentar possibilidades de recolha de registos e de digitalização para vários anos dada a dimensão das bibliotecas e o bom funcionamento com o projeto.
- Biblioteca Nacional continuação do trabalho.
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical continuação do trabalho.

d) Edifício Sede da Fundação

No âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, continuarão a ser desenvolvidos projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, nomeadamente as sessões relacionadas com os Encontros de Estudantes Africanos em Portugal e das comemorações do Dia de África, podendo ser desenvolvidas outras atividades no âmbito do projeto Diáspora Africana, promovendo encontros entre Quadros africanos de formação superior, para que possam discutir os seus problemas e transmitir os seus conhecimentos, proporcionando a este espaço uma utilização articulada com os grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

Quanto à disponibilização do acesso à Biblioteca / CDI, não sendo previsível contar com o financiamento por fundos públicos que permitam a contratação de Técnicos documentalistas, que façam o acolhimento dos utilizadores e procedam à recolha e tratamento de outros acervos documentais, procurar-se -á disponibilizar no Portal da Fundação Portugal – África a informação necessária sobre o espólio existente, e em simultâneo criar condições para que possa ser viabilizada a consulta das obras disponíveis.

e) Observatório de África

O objetivo prioritário deste projeto continuará a ser a manutenção da publicação regular do Boletim, quer em papel, quer de forma digitalizada, inserida no Portal da Fundação Portugal – África.

f) Diáspora Africana

No âmbito deste projeto, prosseguirá o trabalho de aprofundamento e conhecimento das demais iniciativas que neste domínio estão em curso, nomeadamente a experiência recolhida com a realização no nosso Auditório do "Encontro anual dos estudantes africanos em Portugal " ampliando as sinergias que se venham a identificar.

Quanto a outras iniciativas, a Fundação Portugal – África manterá a sua presença como Membro Observador da CPLP, intervirá na atividade da

Plataforma de Acolhimento e Integração de Imigrantes, criada no âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian e participará nos trabalhos do projeto "Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais".

Finalmente manifesta-se o especial agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao Instituto da Cooperação e da Língua — Camões / IPAD — Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a outras entidades públicas e privadas que sempre incentivaram a Fundação Portugal — África no cumprimento dos objectivos que se propôs atingir.

PORTO, 29 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

Mário Soares

Francisco Carvalho Guerra

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo, em representação de Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP - Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do Millennium BCP, S.A.

Daniel Proença de Carvalho, em representação da Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Álvaro José Barrigas do Nascimento, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Luís de Sousa Macedo, em representação da Portugal Telecom, S.A.

Rui Moreira, em representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO ACTIVO NÃO CORRENTE: Activos fixos tangiveis Activos intangíveis	Notas 5 6	<u>2015</u> 786 167	2014
Activos fixos tangiveis		786 167	
		786 167	
	6		834 412
Total do activo não corrente		<u>375 006</u> 1 161 173	393 727 1 228 139
Total do activo hao corrente		1 101 173	1 220 139
ACTIVO CORRENTE:			
Adiantamentos a fornecedores			-
Outras contas a receber	_	10 267	13 595
Activos financeiros detidos para negociaçã	4	6 748 634 3 812 254	7 670 556 3 205 487
Caixa e depósitos bancários Total do activo corrente	4	10 571 155	10 889 638
rotal do detivo contente		10 371 133	
Total do activo		11 732 328	12 117 777
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	8	11 372 599	11 372 599
Reservas	8	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados	8	(612 006)	(847 223)
Subsídios ao Investimento	8	186 815	220 438
Decultado líquido do poríodo		12 070 714	11 869 120 235 217
Resultado líquido do período		(380 382)	235_217_
Total do fundo de capital		11 690 332	12 104 337
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		29 350	3 389
Estado e outros entes públicos	9	1 023	948
Outras contas a pagar Passivos financeiros detidos para ne	10 e 7	8 240 3 383	8 228 875
Total do passivo corrente	5! (41 996	13 440
Total do passivo		41 996	13 440
Total dos fundos patrimon	iais e do passivo		12 117 777

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Mário Soares
António Moreira Ferreira
Francisco Carvalho Guerra
António Mexia
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo
Carlos Manuel Costa Pina

António Monteiro Daniel Proença de Carvalho Álvaro Nascimento Luís de Sousa Macedo Rui Moreira Helder Jacinto de Oliveira

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GA	STOS	Notas	Dezembro 2015	Dezembro 2014
Subsídios à exploração		11	131 690	163 690
Fornecimentos e serviços externos		12	(115 105)	(129 724)
Subsídios concedidos		13	(441 957)	(377 528)
Gastos com o pessoal			(9 347)	(7 948)
Aumentos / reduções de justo valor		7	133 583	500 292
Outros rendimentos e ganhos		14	121 909	177 378
Outros gastos e perdas		15	(69 922)	(22 935)
Resultado antes de depreciações, gastos de		(249 149)	303 225	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			(165 832)	(156 111)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			(414 981)	147 114
Juros e rendimentos similares obtidos Juros e gastos similares suportados		16	34 599 	88 103 <u>-</u>
1	Resultado antes de impostos		(380 382)	235 217
Imposto sobre o rendimento do período	Resultado líquido do período		(380 382)	- 235 217

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

O Técnico Oficial de Contas António Moreira Ferreira O Conselho de Administração

Mário Soares António Monteiro

Francisco Carvalho Guerra Daniel Proença de Carvalho

António Mexia Álvaro Nascimento

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 20 Resultado integral do exercício Aplicação de resultados Reconhecimento de subsídios	0 15 8 8 8	11 372 599 - - -	1 123 306 - - -	(847 223) - 235 217 -	220 439 - - (33 624)	235 217 (380 382) (235 217)	12 104 337 (380 382) - (33 624)
	=	-	-	235 217	(33 624)	(615 599)	(414 006)
Posição no fim do exercício 201	5 =	11 372 599	1 123 306	(612 006)	186 815	(380 382)	11 690 332
	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 20 Resultado integral do exercício Aplicação de resultados	014 8 8	11 372 599 - -	1 123 306 - -	(1 025 474) - 178 251	254 062	178 251 235 217 (178 251)	11 902 743 235 217
Reconhecimento de subsídios	8 _	-		178 251	(33 623)	56 966	(33 623) 201 594
Posição no fim do exercício 201	4 =	11 372 599	1 123 306	(847 223)	220 439	235 217	12 104 337
	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 20 Resultado integral do exercício	013 8	11 323 200 -	1 123 306	(1 439 504)	287 686 -	414 029 178 251	11 708 717 178 251
Realização de fundos Aplicação de resultados	8 8	49 399 -		- 414 029		- (414 029)	49 399
Reconhecimento de subsídios	8 -	49 399	<u>-</u>	414 029	(33 624) (33 624)	(235 778)	(33 624) 194 026
Posição no fim do exercício 201	3 _	11 372 599	1 123 306	(1 025 474)	254 062	178 251	11 902 743

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Moreira Ferreira

Mário Soares António Monteiro
Francisco Carvalho Guerra Daniel Proença de Carvalho
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo Álvaro Nascimento
António Mexia Luis de Sousa Macedo
Carlos Manuel Costa Pina Rui Moreira
Helder Jacinto de Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014 (Montantes expressos em euros)

_	2015		2014	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				•
Pagamentos de subsidios e donativos Pagamentos de apoios a projetos proprios Pagamentos de bolsas	(88 443) (349 016) (750)		(126 440) (250 467)	
Recebimentos de subsidios à exploração Pagamentos a fornecedores Pagamentos ao pessoal	128 000 (89 130) (9 347)		160 000 (151 080) (5 100)	
-		(408 686)		(373 087)
Outros recebimentos / pagamentos	(32 468)		(18 807)	
Fluxos das actividades operacionais [1]	•	(441 154)		(391 894)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a: Activos fixos tangíveis Activos intangíveis Investimentos	(37 216) (61 650) (2 670 682)	(2 769 548)	(2 000) (80 792) (5 665 246)	(5 748 038)
Recebimentos provenientes de: Investimentos Juros e rendimentos similares Dividendos	3 580 461 221 045 15 963	3 817 469	6 053 826 83 128 17 171	6 154 125
Fluxos das actividades de investimento [2]		1 047 921		406 087
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de: Financiamentos obtidos Realização de fundos Outras operações de financiamento Pagamentos respeitantes a: Redução de fundos		- -		
Fluxos das actividades de financiamento [3]				-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3] Efeito das diferenças de câmbio		606 767		14 193
Caixa e seus equivalentes no início do período Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 205 487 3 812 254	606 767	3 191 294 3 205 487	14 193

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas António Moreira Ferreira Mário Soares Francisco Carvalho Guerra Nuno Miguel Teixeira de Azevedo António Mexia Carlos Manuel Costa Pina António Vitor Martins Monteiro Daniel Proença de Carvalho Álvaro Nascimento Luis de Sousa Macedo Rui Moreira Helder Jacinto de Oliveira

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTORIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omisso, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas têm vindo a ser preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº158/2009, de 10 de Julho, que veio a implementar o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação ("SNC") não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação.

3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Projetos de desenvolvimento	10

Os ativos que integram a rubrica de "Outros ativos fixos tangíveis" incluem um montante de 8.285 Euros (8.285 Euros em 31 de Dezembro de 2014) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos "Memória de África" e "Memória de África e do Oriente" e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 - Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias E, F e G.

3.6 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado: e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros activos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é refletida na linha de Balanço em que estes ativos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica "Aumento / redução de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados". Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados".

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 - Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de "Subsídios concedidos" no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 - Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 - Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os sequintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

3.14 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2015 31.12.2014		
Numerário	398	92	
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis			
Depósitos à Ordem	766.758	160.297	
Depósitos a Prazo	3.045.098	3.045.098	
	3.812.254	3.205.487	

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo encontram-se acrescidos na rubrica de Balanço "Outras contas a receber".

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2015			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	40.385	18.524	92.101	1.919.415
Aquisições	-	36.096	-	-	1.119	-	37.215
Abates	-	-	-	-	(1.280)	-	(1.280)
Saldo final	294.291	1.509.865	346	40.385	18.363	92.101	1.955.350
Amortizações acumuladas e							
perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	950.520	346	32.935	17.776	83.427	1.085.003
Amortizações do exercício	-	77.297	-	7.450	713	-	85.460
Abates	-	-	-	-	(1.280)	-	(1.280)
Saldo final	-	1.027.817	346	40.385	17.209	83.427	1.169.183
Activos líquidos	294.291	482.048	_	-	1.154	8.674	786.167

				2014			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Aquisições	-	-	-	-	1.123	2.000	3.123
Saldo final	294.291	1.473.769	346	40.385	18.524	92.101	1.919.415
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	876.832	346	25.097	17.401	83.427	1.003.102
Amortizações do exercício	-	73.688	-	7.838	375	-	81.901
Saldo final	-	950.520	346	32.935	17.776	83.427	1.085.003
Activos líquidos	294.291	523.249	-	7.450	748	8.674	834.412

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o saldo da rubrica "Equipamento de transporte" refere-se a duas viaturas que estão a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projeto "Escolas Profissionais", encontrando-se já totalmente amortizadas.

6 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2015

Saldo inicial 1.153.190 4.797 811 1.7 Aquisições 61.650 - - - Saldo final 1.214.840 4.797 811 1.2 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade 5 811 7 Saldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 - - - Saldo final 839.834 4.797 811 8				
Activos Saldo inicial 1.153.190 4.797 811 1.7 Aquisições 61.650 - - - Saldo final 1.214.840 4.797 811 1.2 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade 5 aldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 - - - Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006 - - - - Projectos de Programas Propriedade	Programas Propried:	de F	Projec	
Saldo inicial 1.153.190 4.797 811 1.7 Aquisições 61.650 - - - Saldo final 1.214.840 4.797 811 1.2 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade 5 5 4.797 811 7 Saldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 - - - Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006 - - - 3 Projectos de Programas Propriedade	•			
Saldo inicial 1.153.190 4.797 811 1.7 Aquisições 61.650 - - - Saldo final 1.214.840 4.797 811 1.2 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade 5aldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 - - - Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006 - - - 3 Projectos de Programas Propriedade				ativos
Aquisições 61.650	4 707	100	4.4	
Saldo final 1.214.840 4.797 811 1.2 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade Saldo inicial 759.463 4.797 811 7 Saldo inicial 80.371 - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	4.797			
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade Saldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006	-			
perdas por imparidade Saldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 - - - Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006 - - - Projectos de Programas Propriedade	4.797	340	1.2	Saldo final
perdas por imparidade Saldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 - - - Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006 - - - Projectos de Programas Propriedade				nortizações acumuladas e
Saldo inicial 759.463 4.797 811 7 Amortizações do exercício 80.371 - - - Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006 - - - 3 Projectos de Programas Propriedade				
Saldo final 839.834 4.797 811 8 Activos líquidos 375.006 - - - 3 2014 Projectos de Programas Propriedade	4.797	163	7!	
Activos líquidos 375.006 3 2014 Projectos de Programas Propriedade	-	371		Amortizações do exercício
2014 Projectos de Programas Propriedade	4.797	334	8:	Saldo final
Projectos de Programas Propriedade	-	006	3.	tivos líquidos
Projectos de Programas Propriedade				
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2014			
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Programas Proprieda	de F	Projec	
	•			
Activos				tivos

	desenvolv.	computador	industrial	Total
Activos				
Saldo inicial	1.072.398	4.797	811	1.078.006
Aquisições	80.792	-	-	80.792
Saldo final	1.153.190	4.797	811	1.158.798
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade Saldo inicial Amortizações do exercício Saldo final	685.253 74.210 759.463	4.797 - 4.797	811 - 811	690.861 74.210 765.071
Activos líquidos	393.727	-	-	393.727

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao Projecto "Memória de África e do Oriente", que se encontra a ser amortizado em 10 anos.

O projeto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis "On-Line", com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsA – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsA um orçamento para as despesas estimadas com o projeto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são detalhados conforme se seque:

	Valor carteira 2015	Valor carteira 2014	Valor carteira 2013	Valor carteira 2012
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃ	ÃΟ			
Acções cotadas Obrigações cotadas	437.088 4.021.699 4.458.787	466.437 4.974.552 5.440.989	370.289 3.184.994 3.555.283	187.022 4.086.679 4.273.701
Outros instrumentos financeiros Fundos de Investimento Obrigações do Tesouro	2.289.847 - 2.289.847	2.100.291 129.276 2.229.567	1.916.896 910.282 3.873.320	1.712.969 429.498 2.837.928
Total de activos financeiros detidos para negociação	6.748.634	7.670.556	7.428.603	7.111.629
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIA	ÇÃO			
Outros instrumentos financeiros Derivados	3.383	875		
Total de passivos financeiros detidos para negociação	3.383	875		<u>-</u>

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados "Aumentos / (reduções) de Justo valor".

A rubrica de "Derivados" apresenta a 31 de Dezembro de 2015 um saldo passivo de 3.383 Euros, o qual corresponde ao justo valor de um derivado cambial ("forward") sobre o US Dólar (286.768 Dólares), que foi avaliado a justo valor por parte do BPI, através de dados observáveis de mercado.

A única exceção à regra de registo a justo valor através de resultados acima referida, refere-se ao papel comercial que é registado ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade identificadas. Importa referir que no final de 2014 e 2015 a Fundação não detinha papel comercial.

As participações financeiras em Ações geraram rendimentos relacionados com Dividendos distribuídos, no valor de 15.963 Euros (17.171 Euros em 31 de Dezembro de 2014) — Nota 16.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

	31	.12.2015			31	.12.2014	
	Quantidade	Última	Valor	_	Quantidade	Última	Valor
Acções cotadas		Cotação	do dia	_		Cotação	do dia
				_			
EDP-RENOVÁVEIS	15.413	7,25	111.744		15.413	5,40	83.292
MOTA ENGIL SGPS.SA	20.000	1,93	38.500		20.000	2,66	53.220
REN-SGPS	28.150	2,78	78.313		28.150	2,41	67.729
BCP	1.000.000	0,05	48.900		-	-	-
PORTUCEL - N	30.000	3,60	107.880		-	-	-
SONAECOM	25.000	2,07	51.750		-	-	-
CTT	-	-	-		11.900	8,02	95.402
NOS SGPS	-	-	-		11.500	5,24	60.214
TELEFONICA	-	-	-		2.311	11,92	27.547
SONAE SGPS	-	-	-		77.181	1,02	79.033
			437.088				466.437

Montante Nominal	31.12	2015		31.12.2014			
BES5.875-11/2015 BRISA F-4,5%-2016 CGD-8%-2015 CONTINENTE-7%-15 CP-4,17%-2019 EDP-BV-4.125%/21 EDP-VB-4.875%-2020 LB.TSY-NIKK-15 MOTA ENGIL-6.85% PORT.TEL.5.875% PORT.TEL.5.875% PORT.TEL.5.875% REN-4,13%-2018 REN-6.25%-2016 SCH-FIN-TV-O.PERP. SEMAPA 2006/2016 SCH-FIN-TV-O.PERP. SEMAPA 2006/2015 BIAL TV-2019 CIN-2014/2019 COLEP PORT2017 EMPARK F.6.75% ENCET25% 2020 GRUPO PESTANA-14/20 IMPRESA SGPS-TV MOTA SA-5.5%-2019 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 2014/2019 P.TELECOM 6.25%-2016 DO.000 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 2014/2019 P.TELECOM 6.25%-2016 DO.000 PORTOCE FAR 2023 DO.000 PORT. TISSUANCES-17 DO.000 DO.0000 DO.0	Última	Tx de cupão	Valor no	Montante	Última	Tx de cupão	Valor no
BRISA F-4,5%-2016 CGD-8%-2015 CONTINENTE-7%-15 CP-4,17%-2019 EDP-BV-4.125%/21 EDP-VB-4.875%-2020 LB.TSY-NIKK-15 MOTA ENGIL-6.85% PORT.TEL.5.875% PORT.TEL.5.875% PORT.TEL.5.875% PORT.VOLPERP BEN-4,13%-2018 REN-6.25%-2016 SCH-FIN-TV-O.PERP SEMAPA 2006/2016 SCH-FIN-TV-O.PERP BIAL TV-2019 CIN-2014/2019 COLEP PORT2017 EMPARK F.6.75% ENCET25% 2020 GRUPO PESTANA-14/20 IMPRESA SGPS-TV MOTA SA-5.5%-2019 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 2014/2019 P.TELECOM 6.25%-2016 DO.000 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 20000 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 2014/2019 P.TELECOM 6.25%-2016 DO.000 PORT. 2014/2019 PORT. 2017 SEMAPA 20000 ST ISSUANCES-17 SOURCE STANA-14/20 SEMPARK F.6.75% SOURCE STANA-14/20 SOURCE STANA-14/20 SEMAPA 2014/2019 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 2014/2019 P.TELECOM 6.25%-2016 HOVIONE FAR 2023	Cotação	Bruta	dia	Nominal	Cotação	Bruta	dia
CGD-8%-2015 - CONTINENTE-7%-15 - CP-4,17%-2019 100.000 EDP-BV-4.125%/21 100.000 EDP-VB-4.875%-2020 100.000 LB.TSY-NIKK-15 100.000 MOTA ENGIL-6.85% 100.000 PARPUB-3.75% 200.000 PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH-FIN-TV-O.PERP. 61.000 SCH-FIN-TV-O.PERP. 61.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 ENCET.25% 2020 - EMPARK F.6.75% 150.000 ENCET.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	200.000	100,89%	5,88%	203.454
CONTINENTE-7%-15 CP-4,17%-2019 EDP-BV-4.125%/21 EDP-VB-4.875%-2020 L.B.TSY-NIKK-15 MOTA ENGIL-6.85% PARPUB-3.75% PORTIUCEL-5.375% REN-4,13%-2018 REN-6.25%-2016 SCH- FIN-TV-O.PERP. SEMAPA 2006/2016 ST ISSUANCES-17 ZON MULT.12-2015 BES-3.875%-2015 BIAL TV-2019 CIN-2014/2019 COLEP PORT2017 EMPARK F.6.75% ENCET.25% 2020 GRUPO PESTANA-14/20 IMPRESA SGPS-TV MEDIA CAPITAL-14-19 MOTA SA-5.5%-2019 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 2014/2019 P.TELECOM 6.25%-2016 HOVIONE FAR 2023 100.000 P.TELECOM 6.25%-2016 100.000	-	-	-	100.000	106,79%	4,50%	107.106
CP-4,17%-2019 100.000 EDP-BV-4.125%/21 100.000 EDP-VB-4.875%-2020 100.000 L.B.TSY-NIKK-15 100.000 MOTA ENGIL-6.85% 100.000 PARPUB-3.75% 200.000 PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH-FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	128.000	104,77%	8,00%	136.748
EDP-BV-4.125%/21 100.000 EDP-VB-4.875%-2020 100.000 L.B.TSY-NIKK-15 100.000 MOTA ENGIL-6.85% 100.000 PARPUB-3.75% 200.000 PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH-FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	120.000	102,81%	7,00%	126.989
EDP-VB-4.875%-2020 100.000 L.B.TSY-NIKK-15 100.000 MOTA ENGIL-6.85% 100.000 PARPUB-3.75% 200.000 PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 CIN-2014/2019 250.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MCTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	108,59%	4,17%	109.455	100.000	107,06%	4,17%	107.926
L.B.TSY-NIKK-15 100.000 MOTA ENGIL-6.85% 100.000 PARPUB-3.75% 200.000 PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	107,37%	4,13%	111.273	100.000	110,66%	4,13%	114.556
MOTA ENGIL-6.85% 100.000 PARPUB-3.75% 200.000 PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	111,33%	4,88%	112.764	100.000	114,30%	4,88%	115.746
PARPUB-3.75% 200.000 PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	98,95%	0,00%	-	100.000	98,95%	6,14%	4.476
PORT.TEL.5.875% 100.000 PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	100,00%	6,85%	101.941	100.000	102,00%	6,85%	103.941
PORTUCEL-5.375% 42.857 REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	104,88%	3,75%	213.430	200.000	191,35%	3,75%	206.415
REN-4,13%-2018 - REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	49,52%	5,88%	53.658	100.000	107,53%	5,88%	111.682
REN-6.25%-2016 200.000 SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	104,75%	5,38%	45.180	100.000	107,15%	5,38%	107.826
SCH- FIN-TV-O.PERP. 61.000 SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	100.000	108,37%	4,13%	112.147
SEMAPA 2006/2016 300.000 ST ISSUANCES-17 - ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	103,69%	6,25%	210.818	200.000	108,18%	6,25%	219.798
ST ISSUANCES-17 ZON MULT.12-2015 BES-3.875%-2015 BIAL TV-2019 CIN-2014/2019 COLEP PORT2017 EMPARK F.6.75% ENCET.25% 2020 GRUPO PESTANA-14/20 IMPRESA SGPS-TV MEDIA C APITAL-14-19 MOTA SA-5.5%-2019 SAUDACOR-TV-2017 SEMAPA 2014/2019 P.TELECOM 6.25%-2016 HOVIONE FAR 2023 100.000	60,17%	1,05%	36.864	61.000	70,69%	1,18%	43.299
ZON MULT.12-2015 - BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	100,00%	1,37%	300.823	300.000	99,25%	1,53%	298.669
BES-3.875%-2015 - BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	50.000	99,50%	0,83%	49.759
BIAL TV-2019 100.000 CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	32.000	102,00%	6,85%	32.70
CIN-2014/2019 100.000 COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	100.000	99,87%	3,88%	103.52
COLEP PORT2017 250.000 EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	101,25%	3,92%	103.147	150.000	100,50%	4,18%	153.779
EMPARK F.6.75% 150.000 ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	99,95%	3,31%	100.060	100.000	100,25%	3,53%	100.368
ENCE7.25% 2020 - GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	101,00%	2,98%	254.154	250.000	100,50%	3,13%	253.032
GRUPO PESTANA-14/20 200.000 IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	107,80%	6,75%	161.034	150.000	107,71%	6,75%	161.98
IMPRESA SGPS-TV 150.000 MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	-	-	-	150.000	104,43%	7,25%	160.72
MEDIA C APITAL-14-19 200.000 MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	100,50%	3,54%	203.459	200.000	100,25%	3,58%	201.17
MOTA SA-5.5%-2019 300.000 SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	100,25%	4,00%	151.191	300.000	100,50%	4,18%	303.20
SAUDACOR-TV-2017 200.000 SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	100,00%	4,05%	203.824	300.000	100,25%	4,30%	306.84
SEMAPA 2014/2019 143.000 P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	101,00%	5,50%	306.208	300.000	103,25%	5,50%	312.958
P.TELECOM 6.25%-2016 200.000 HOVIONE FAR 2023 100.000	100,50%	3,05%	204.066	350.000	99,36%	3,30%	353.550
HOVIONE FAR 2023 100.000	102,51%	3,27%	147.565	143.000	102,51%	3,43%	147.61
	89,78%	6,25%	184.913	200.000	103,60%	6,25%	212.54
MOTA E 3.9%% -20 200.000	100,45%	3,03%	101.207	-	-	-	
	99,50%	3,90%	202.835	-	-	-	
NOS SGPS - 15 -2022 400.000	100,00%	1,75%	401.830	-	-	-	
		=	4.021.699			=	4.974.55

		31.12.2015			31.12.2014	
Fundos de Investimento	Unidades de	Última cotação	Valor no	Unidades de	Última cotação	Valor no
	participação	conhecida	dia	participação	conhecida	dia
Diversificação						
BPI UNIVERSAL	10.070,93	7,35	74.001	10.070,93	7,61	76.640
BPI ÁFRICA	12.133,47	9,49	115.086	12.133,47	11,33	137.448
RUFFER - TOTAL RETURN	1.200,00	116,13	139.356	-	-	-
Obrigações						
BPI HIGH INC CL.I	17.515,79	8,94	156.591	17.515,79	8,78	153.719
MUZINICH EUYID HEDGE	1.388,24	199,82	277.397	1.638,24	194,46	318.571
JUPITER GLCONV I	-	-	-	8.500,00	12,23	103.955
BANTELON OPPOR	1.117,55	178,21	199.159	847,55	175,63	148.856
BPI- Obrigações Mundiais	21.639,53	6,84	148.076	21.639,53	6,86	148.419
FUNDLOGIC ALT-SALAR	1.500,00	100,79	151.185	-	-	-
Acções						
AL RCM US EQUITY IT	46,00	1.728,10 (*)	73.016	46,00	1.407,52 (*)	64.746
SISF ASIAN OPPORTUN	4.645,00	15,43 (*)	65.833	-	-	-
BPI-ÁSIA PACÍFICO	12.288,44	5,97	73.385	12.288,44	5,90	72.542
BPI EURO G. CAPITALIZAÇÃO	6.808,50	12,29	83.696	6.808,50	12,29	83.698
BPI OPPORTUNITY CL.	4.138,09	6,18	25.557	4.138,09	6,04	25.002
JUPITER EUROP GROWTH	2.135,53	39,02	83.328	1.897,53	29,83	56.603
MANDARINE VALEUR	2,40	43.767,19	105.173	0,78	45.842,89	35.895
ODEY PANEUROPEAN	377,23	343,38	129.533	149,23	324,36	48.404
ODDO AVENIR EUROPE	0,19	278.325,20	52.325	0,19	222.064,60	41.748
RAM(LUX)SYSTEM.FDS-E	368,16	397,68	146.411	148,16	330,84	49.018
Fundos Fechados						
SPDR S&P 500 ETF	618,00	203,89 (*)	115.738	618,00	205,50	104.603
LIXOR ETFIBEX	-	-	-	789,00	101,93	80.423
Produtos Estruturados						
BPI.ESP.ITAL.EUR	-	-	-	75.000,00	1,00	75.000
BPI.EUR.SUL	75.000,00	1,00	75.000	75.000,00	1,00	75.000
BPI-MERC.OCID.EUR	-	-	-	200.000,00	1,00	200.000
			2.289.847		-	2.100.291

(*) Cotação em USD.

	31.12.2015						31.1	2.2014	
	Monta	nte Ultim	a Tx de	cupão Val	or no	Montante	Ultima	Tx de cupão	Valor no
Obrigações do Tesouro	Nomi	nal Cotaçã	io Líqu	uida [Dia	Nominal	Cotação	Líquida	Dia
OT-4,8%-2020		-	-	-	-	109.000	116%	4,80%	129.276
		-				109.000			129.276
31.12.2015							3	1.12.2014	
Drivados (Forwards de tax	a da aâmbia	Valor	Última	Data de	Valor no	Valor	Últim	a Data de	Valor no
Drivados (Forwards de lax	a de cambio	nominal	cotação	fim	Dia	nomina	al cotaçã	ăo fim	Dia
FWD-2014/001270-LIS/BPI	EUR	-	_	-	-	163.8	18 0,0	9%30.03.2015	5 163.854
	USD	-	-	-	-	(199.8	25) 0,3	5%30.03.2015	5 (164.729
FWD-2015/001715-LIS/BPI	EUR	261.435	0,03%	30.06.2016	261.39	0	-		-
	USD	(286.768)	1,03%	30.06.201 <u>6</u>	(264.77	3)	-	<u>-</u>	
		,		=	(3.383	3)		=	<u>(875</u>)

A decomposição da rubrica de "Aumentos / reduções de justo valor" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Acções	144.320	121.469
Obrigações	176.311	395.246
Derivados	10.454	-
Outros - UP's	279.399	149.412
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Acções	(118.331)	(58.714)
Obrigações	(107.096)	(53.456)
Derivados	(27.814)	(18.877)
Outros - UP's	(223.660)	(34.788)
	133.583	500.292

8 CAPITAL PROPRIO

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros, valor este que não se encontra inscrito na rubrica de Balanço "Fundo Social".

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2015	31.12.2014
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investiment	o 124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	11.385.069	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	(12.470)	
(12.470)	,	
	11.372.599	11.372.599

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no artº 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos.

Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2015 o saldo desta rubrica inclui o montante de 149.639 Euros (174.579 Euros em 31 de Dezembro de 2014) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afeto.

Fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 24.968 Euros e 12.208 Euros (31.210 Euros e 14.650 Euros em 31 de Dezembro de 2014, respetivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para apoiar o projeto "Memória de África -Módulo Oriente", nos exercícios de 2010 e de 2011, respetivamente.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 33.624 Euros (33.623 Euros em 31 de Dezembro de 2014 - Nota 14).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação "Subsídios ao investimento" é de 33.624 Euros em 31 de Dezembro de 2015 (33.623 Euros em 31 de Dezembro de 2014) que corresponde ao efeito do reconhecimento dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

10 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de "Outras contas a pagar" apresenta em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações a Liquidar	1.08	1.08
Outras contas a	<u>7.15</u>	7.14
pagar	8.24	8.22

O valor de "Outras contas a pagar" inclui, em 31 de Dezembro de 2015, o montante de, aproximadamente, 7.000 Euros (7.100 Euros em 2014), correspondente ao último trimestre de 2014 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

11 SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Subsídio Camões - Escolas Profissionais (Ex-Escolas de Artes e Ofícios)	128.000	160.000
Outros subsídios	3.690	3.690
	131.690	163.690
•		

O subsídio atribuído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em 2015 diz respeito a um incentivo pago em duas tranches, de 89.600 Euros e 38.400 Euros, destinado a financiar parte das despesas incorridas pela Fundação no projeto "Escolas Profissionais". Este subsídio teve uma redução de 12.000 euros face ao inicialmente aprovado para o exercício de 2015 que era de 140.000 euros.

Este projeto é constituído por um conjunto de atividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento) celebrado para o período de 2015 a 2018, no montante total máximo de 560.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

O Subsídio recebido em 2014 de 160.000 Euros insere-se no protocolo assinado com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para o período de 2011 a 2014, no montante total máximo de 1.000.000 Euros, distribuído pelos 4 anos de vigência do mesmo.

12 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

2015	2014
2015	2014
34.907	36.546
28.609	28.292
13.995	19.620
2.040	8.184
4.138	4.551
31.416	32.532
115.105	129.724
	28.609 13.995 2.040 4.138 31.416

A rubrica "Trabalhos especializados" inclui, em 31 de Dezembro de 2015 um montante de 9.960 Euros relativos a serviços de manutenção (13.464 Euros em 2014) e 11.808 Euros de honorários para auditoria em ambos os anos.

A rubrica "Comissão de gestão da carteira" diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

13 SUBSIDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de "Subsídios concedidos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

	201	201
Escolas Profissionais de Moçambique	281.69	188.08
Subsídios diversos	48.52	43.60
Divulgação de acções preventivas de ITSs, VIH e SIDA	24.00	24.00
Observatório de África	18.86	18.86
Actividades culturais	17.50	10.00
Crises políticas na Guiné Bissau	12.00	10.00
Diáspora Portuguesa em Angola	8.37	8.50
Donativo	6.50	3.00
Guiné-Bissa – processos de orientação profissional	6.00	6.00
Kulungwana- Festival Música	5.00	-
Bolsas de estudo concedidas	4.00	16.47
Projet "CIRINEUS'-Moçambique	4.00	9.00
Edição Revista "POLON"	4.00	-
Exposição do Mestre Eduardo Nery	1.50	-
Cultura, Economia e Desenvolvimento- Guiné Bissau	-	15.00
Operação Angola	-	15.00
Arquitectura Portuguesa em Moçambique	-	5.00
Conferencias-"A Cor da Lusofonia"	-	5.00
	441.95	377.52

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2015 para o projeto "Escolas Profissionais de Moçambique", incluem e um montante de, aproximadamente, 104.500 Euros relativos a formação de Professores das ELIDEP (sem saldo em 2014), 101.600 Euros (87.500 Euros em 2014) para formação de formadores e 68.500 Euros (27.000 Euros em 2014) para bolsas de estudo. Em 31 de dezembro de 2014 inclui ainda 45.000 Euros para cobertura de despesas com a realização da reunião anual de diretores para a constituição da rede de Escolas Profissionais.

14 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

2015	2014
33.624	33.623
56.041	100.093
22.259	41.500
9.985	2.037
-	125
121.909	177.378
	33.624 56.041 22.259 9.985

O valor correspondente a "Subsídios ao investimento", refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projetos "Memória de África" (Nota 8). Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica Capital Próprio "Subsídios ao Investimento".

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referemse às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

15 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

	201	201
Impostos	2.85	2.41
Donativo	75	1.40
Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Acçõe	13.76	-
Obrigaçõe	4.20	11.56
Outros activos financeiros - UP's	10	49
Conferência internacional "Caminhos do Futurd"	40.97	-
Outros gastos e	7.26	7.06
	69.92	22.93

Os valores correspondentes a "Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação", referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados

na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.

16 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	18.636	40.722
Papel comercial	-	30.210
Dividentos recebidos (Nota 7)	15.963	17.171
	34.599	88.103

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 20161389 Bom Sucesso Trade Center Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º 4150-146 Porto Portugal

Tel: +(351) 225 439 200 Fax: +(351) 225 439 650 www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal - África (a Entidade – uma pessoa coletiva do direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 11.732.328 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.690.332 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 380.382 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal - África em 31 de dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro de Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que não temos conhecimento de qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas atividades.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;

[&]quot;Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido ("DTTL"), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 20161389

Página 2 de 2

- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados da Entidade; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 9 de novembro de 2016

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- 1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
- 2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada.
- 3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários. Nas suas reuniões o Conselho Fiscal contou com a presença de um elemento do Conselho de Administração que prestou os esclarecimentos e informações que lhe foram solicitadas.
- 4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2015.
- 5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, com o qual concordam.
- 6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2015.
- 7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.
- 8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
- 9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
- 10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

Parecer

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

Porto, 30 de Junho de 2016

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Ângelo Ludgero Marques

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de € 380.381,73 (trezentos e oitenta mil trezentos e oitenta e um euros e setenta e três cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados € - 380.381,73

TOTAL € - 380.381,73

ELENCO DE FUNDADORES

(Euros)

	(Euros)	
1. Barrer BBI C.A	F 43C 033	
1. Banco BPI, S.A.	5 426 922	
2. Petrogal, Petróleos de Portugal, S.A.	773 137	
3. Banco Comercial Português, S.A.	748 197	
4. Fundação Belmiro Azevedo	748 197 408 708	
5. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498 798	
6. Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	498 798	
7. Electricidade de Portugal, S.A.	498 798	
8. Portugal Telecom, S.A.	498 798	
9. Câmara Municipal do Porto	299 279	
10. Fundo EFTA	274 339 124 700	
11. IAPMEI 12.Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124 700 124 700	
	99 760	
13. H. Cabora Bassa	99 760	
14. Tabaqueira, S.A. 15. Inv. Particip. Empresariais, S.A. IPE	74 820	
16. Estado Português	49 880	
17. Partex, S.A.	49 880	
18. Tertir, S.A.	49 880	
19. Cabelte, S.A.	24 940	
20. Fáb.Moagens do Marco, S.A.	24 940	
21. Fáb. Têxtil Ropele, S.A.	24 940	
22. Ferbritas-Emp.I.Comerciais,S.A.	24 940	
23. Quintas & Quintas,S.A.	24 940	
24. RAR-Holding, S.A.	24 940	
25. Asea Brown Boveri, S.A	24 940	
26. Soc.Portug.Acum.Tudor,S.A.	24 940	
27. Solidal,S.A.	24 940	
28. Somague,S.A.	24 940	
29. Têxtil Manuel Gonçalves,S.A.	24 940	
30. Associação Emp.Portugal	12 470	
31. Inst. Inv.Cient.Tropical	9 976	
32. OGMA-Ofic.G.M.Aeronautico	9 976	
33. Academia I.Cult. Portuguesa	4 988	
34. Árvore-Coop.Activ.Artisticas	4 988	
35. Associação Com. do Porto	4 988	
36. Associação Ind.Portuguesa	4 988	
37. Assoc.P.D.Econ.CoopELO	4 988	
38. Câmara C.I.Port./A.C.Lisboa	4 988	
39. Câmara Municipal Lisboa	4 988	
40. Com. Coord. Região Norte	4 988	
41. CESO-CI-Consultores Intern.	4 988	
42. Cosec-Comp-Seg.Crédito	4 988	
43. Fundação Cidade Lisboa	4 988	
44. Fund.Luso-Amer.p/Desenv.	4 988	
45. Inst.Eng.Sist.Computadores	4 988	
46. Instituto Nac. de Estatistica	4 988	
47. Inst.Sup.Ciênc.Soc.Politicas	4 988	
48. Inst. Sup. Economia e Gestão	4 988	
49. Instituto Superior Técnico	4 988	
50. Inv.Com.Tur.Portugal(ICEP)	4 988	
51. Lab.Nac.Eng.Civil(LNEC)	4 988	
52. PME Capital, S.A.	4 988	
53. Profabril-Centro Projectos	4 988	
54. Un.Cid.Cap.Luso-Am.As.(UCCLA)	4 988	
55. Universidade de Aveiro	4 988	
56. Universidade Católica	4 988	
57. Universidade do Minho	4 988	
58. Universidade Moderna	4 988	
59. Universidade do Porto	4 988	
60. Univ.Trás-os-Montes e Alto Douro	4 988	
	11 385 069	
		

ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES

Presidente: Banco BPI, S.A.

Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal

Secretário: Associação Comercial do Porto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Mário Soares - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Hélder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr. Nuno Miguel Teixeira de Azevedo)

Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Mexia)

Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)

Banco Comercial Português/Atlântico (Dr. António Vítor Martins Monteiro)

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A. (Dr. Daniel Proença de Carvalho)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento)

Portugal Telecom, S.A. (Dr. Luís Sousa Macedo)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui Moreira)

CONSELHO DE CURADORES

Dr. Francisco Murteira Nabo - Presidente

Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Eng.º António da Silva Teixeira

General Alípio Tomé Pinto

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD

Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG

Associação Industrial Portuguesa

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação - ELO

HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA

Universidade de Aveiro

Universidade do Porto

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD

Instituto de Investigação Científica Tropical

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - INESC

CONSELHO FISCAL

Eng.º Ângelo Ludgero Marques - Presidente

IAPMEI (Dr. a Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD (Dr.ª Maria de Fátima Borges da Fonseca)